

Em outras palavras

Gesner Oliveira F.º

O Crescimento do PIB

"A única coisa que posso dizer a vocês é que estou fazendo fé num crescimento de mais de 3%" (Ernane Galvêas, FSP, 21/10/81).

A métrica que chegamos ao final do ano, divulgam-se as primeiras estimativas acerca do crescimento da economia. Os palpites para 1981 variam de uma taxa negativa de -1% à expectativa otimista do sr. Ernane Galvêas, de um percentual superior a 3%.

A interpretação desses números não é imediata. Em primeiro lugar, as taxas de crescimento que aparecem nas manchetes dos jornais não significam muito por si mesmas. Seria necessário saber a base sobre a qual elas são aplicadas bem como sua evolução ao longo dos últimos anos. Isto é, se a economia teve uma performance excelente num determinado ano, uma taxa de crescimento menor é explicável, pois nossa base de comparação é relativamente alta; por outro lado, pode-se perguntar, se, digamos 1%, é muito ou pouco em relação à média histórica de crescimento da economia brasileira.

Haveria ainda uma questão mais fundamental: o que é o Produto Interno Bruto e o que ele mede? Será que a elevação do PIB expressa, fielmente, uma melhoria do bem-estar da coletividade? Conforme veremos adiante, sua interpretação enquanto indicador social requer uma certa cautela. A mesma observação poderia ser feita em relação à noção, tão frequentemente utilizada de renda "per capita".

★

Antes de mais nada, vejamos o significado do PIB.

O desenvolvimento de sistemas de contabilidade social, ocorrido nas últimas décadas, possibilitou uma avaliação quantitativa um pouco mais precisa da atividade econômica. Durante um determinado período (um ano, por exemplo) o engajamento da sociedade numa série de processos produtivos gera um determinado produto. Sua medição poderia ser feita de três maneiras. Verificar-se-ia, numa delas, o valor de todos os bens e serviços finais produzidos. Alternativamente, seriam calculadas todos os rendimentos percebidos pelos agentes envolvidos (salários, lucros, juros, aluguéis etc.). Ou ainda, seriam computados os gastos dos indivíduos, das empresas e do governo. Conforme a abordagem utilizada, teríamos o produto, a renda, ou a despesa que são idênticos do ponto de vista contábil.

Além da enorme dimensão e complexidade das variáveis envolvidas, uma mensuração desse tipo envolve alguns problemas específicos. Vejamos dois deles. Primeiramente, ao adicionarmos o valor da produção de todos os bens e serviços precisamos tomar o cuidado de não incorrer num erro de dupla contagem. Exemplificando: quando somamos os valores da produção de pães e do trigo podemos estar incluindo duplamente o trigo, uma vez que este item constitui um dos elementos para a produção do pão. Daí referir-se apenas aos bens e serviços finais conforme fizemos no parágrafo anterior. Ou seja, retiramos o consumo intermediário; considera-se apenas o valor adicionado num determinado período. Em segundo, para exprimirmos, de maneira agregada, um universo tão heterogêneo de bens (aço, laranja, jornal etc.) utilizamos unidades monetárias. Ou seja, a natureza de coisas tão dispares como cimento e flores decorativas é igualada através do dinheiro. Mas todos sabemos (e como!) que a moeda se desvaloriza com a inflação. E por isso que o leitor pode, eventualmente, ter encontrado o produto expresso em cruzeiros de um determinado ano; desta maneira, sua variação ao longo do tempo se deve às oscilações na quantidade produzida, captadas através de um índice especial (índice do produto real).

Colocamos algumas coisas essenciais em relação ao produto (ou renda, ou despesa). Restaria um breve comentário sobre os termos "interno" e "bruto". O primeiro indica que se trata de todo o produto gerado na economia, independentemente de seu destino. Pode-se deduzir a parcela da renda enviada para o Exterior e então, teremos o também visual "Produto Nacional Bruto". O segundo exprime a inclusão da depreciação; ou seja, inclui-se a parcela do produto que apenas repõe o gasto com a reposição das máquinas e equipamentos utilizados. Alternativamente, falaríamos do "produto interno líquido".

Dados esses rudimentos de Contabilidade Nacional, é interessante perguntar se o PIB é um retrato fiel da atividade produtiva. Nem sempre. Vejamos o porque.

Primeiramente, várias atividades não são computadas, mas, nem por isso, deixam de ter relevância econômica. Exemplo neste sentido, são os serviços e transações ilegais ou semilegais tais como os mercados monetários paralelos e a construção clandestina, ou ainda o comércio com drogas ou a rede de negócios ligada ao jogo. Há uma segunda restrição muito relevante no tocante à adequação do PIB como indicador social. A elevação da renda pode não

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB (médias geométricas anuais)

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO
1947/80	7,2%
1962/67	3,2%
1967/73	11,5%
1974/80	6,6%

FONTE: Contas Nacionais, FGV.

corresponder a uma melhora da qualidade de vida. A poluição constitui a ilustração clássica. Em virtude do crescimento da indústria pode ocorrer uma poluição atmosférica maior; elevam-se, em consequência, os gastos com artificiais antipoluentes, com médicos de pulmão, remédios etc. Como a fonte causadora destes dispêndios (a poluição) não está computada no PIB, o crescimento deste último reflete, às vezes, uma piora no bem-estar da comunidade. Raciocínio semelhante poderia ser feito em relação à maior incidência de acidentes automobilísticos, à neurose urbana etc., etc.

Objeções ainda mais contundentes podem ser feitas à renda per capita. O que significa dizer que este coeficiente foi de US\$ 1.937 em 1980? Este número é apenas uma média. Se um único indivíduo detivesse toda a renda em detrimento do restante da população não haveria modificação neste indicador. E, como se sabe, a renda no Brasil é bastante concentrada: segundo os dados do Censo de 1980, o 1% mais rico da população detém nada menos do que 14% dos rendimentos no setor urbano e 29% no setor rural!

As observações que fizemos não devem levar o leitor a desconsiderar totalmente os dados do PIB e/ou do PIB/per capita. Longe disso, pretende-se apenas advertir para suas limitações e, desta maneira, evitar abusos tão comuns.

★

Feitas as devidas qualificações, voltemos a uma das questões do início. Qual é o significado de uma taxa de crescimento negativa ou nula, numa perspectiva histórica?

Observando o comportamento do PIB nas últimas décadas, constata-se que nossa economia apresentou um dinamismo impressionante. No período 1947/80, expandiu-se a uma taxa média de 7% a.a. (ver tabela anexa). Isto equivale a dobrar o nível do produto a cada decênio. Contudo, esse crescimento não foi suave, sendo marcado por fortes oscilações em torno da média. No período do "milagre", por exemplo, verificou-se uma taxa de 11,5% a.a. Já nos anos sessenta, a economia enfrentou uma forte recessão, crescendo a 3,2% a.a. Nesta fase, verificou-se a menor taxa anual: apenas 1,5% em 1963.

Assim, um crescimento negativo ou nulo corresponde a uma performance muito ruim, tipicamente recessiva. Considerando a taxa média de crescimento demográfico (2,5%), teríamos um decréscimo superior a 2% da renda per capita.

Em países como o nosso, que ainda não atingiram estágios mais avançados de desenvolvimento, a recessão é particularmente custosa. Expressando em termos bem grosseiros: se partimos de um nível mais abaixo, devemos conseguir taxas elevadas de crescimento para fechar o hiato que nos separa das nações mais desenvolvidas. De uma forma mais geral, os problemas do desemprego estrutural e da pobreza absoluta são suficientemente graves para tornar qualquer opção recessiva desaconselhável.

★

Restaria saber se as projeções que mencionamos antes são, de fato, realistas.

Infelizmente, a razão parece estar com os mais pessimistas. Tomemos hipóteses otimistas: que a indústria se recupere rapidamente nesse fim de ano e decresça em apenas 6%; que a agricultura apresente uma taxa recorde de 10%; e que os serviços se expandam à uma elevada taxa de 6%. Teríamos um crescimento de apenas 2% do PIB.

Ademais, a situação parece ser duplamente desvantajosa, considerando alguns dos elementos que, conforme explicamos no início, não são captados pelo PIB. Com efeito, ao menor ritmo da atividade econômica, soma-se a tendência à deterioração da qualidade de vida. Entre outros motivos, isto decorre da expansão desordenada das cidades, da desagregação das famílias no campo, da brutal destruição do meio-ambiente etc.

★

Não há motivos de surpresa das autoridades com os parcos resultados do crescimento do produto em 1981. Pois adotaram-se medidas claramente recessionistas nos últimos onze meses. Seria desejável, isto sim, que um enfoque alternativo de política pudesse respaldar mais objetivamente a esperança no futuro.